

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Isaac Jarbas Mascarenhas do Carmo

O Modo Petista de Governar e os Espaços Públicos nas Mãos da Sociedade

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Isaac Jarbas Mascarenhas do Carmo

O Modo Petista de Governar e os Espaços Públicos nas Mãos da Sociedade

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Política Pública da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Gestão e Política Pública.

Orientadora: Alessandra Atti

São Paulo

2014

Dedico este trabalho acima de tudo a Deus, a minha esposa Maria Tais, à meu filho Nicolas pela compreensão da minha ausência em momentos familiares, causado pela minha dedicação a este curso de pós graduação e a importância desse momento em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo e de todos, ao grandioso Deus que me capacitou, dando-me condições de superar obstáculos e proporcionando perseverança para que se concretizasse mais uma conquista.

A todos os que de algum modo me apoiaram, como: o Prefeito e companheiro Luis Marinho de São Bernardo do Campo, professores e tutores do curso, a amiga de estudos Alessandra Freitas, que fizeram de minha passagem por essa Instituição um divisor de águas no modo de enxergar a política e mesmo a vida.

Finalmente agradeço ao Partido dos Trabalhadores e à Fundação Perseu Abramo pela visão ampliada em favor da aquisição de conhecimento por seus quadros, em nome da qualificação de futuras gestões em nosso país.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade apontar o problema de políticas públicas com viés autoritário no município de Taubaté, onde, em estudo de caso, se percebe a inação da população em usufruir de um espaço público direcionado a ela. Com base em um referencial teórico que permite entender a formação social e histórica da população brasileira, pode ser interpretado que determinadas raízes de práticas coronelísticas e clientelistas servem de princípio para que se considere o porquê dessa problemática instituída. Além disso, a cidade taubateana passa por transformações acarretadas pelo crescimento populacional, forte industrialização e urbanização que reduzem as ações oligárquicas de controle de poder político, o qual ainda existe, porém com menor capacidade de cooptação como ocorria há décadas. Nesse sentido, o modo petista de governar aparece como possível solução dessa problemática, todavia a configuração para que essa sistemática ocorra necessita de uma articulação partidária para que se possa conquistar a população taubateana, a qual está cética das políticas públicas para o município. Assim, percebe-se que somente com o diálogo e o debate é que se poderá reorganizar o espaço público taubateano, privilegiando o coletivo ao invés do individual, buscando mudar a realidade de inação e desarticulação do povo de Taubaté.

Palavras-chave: Desarticulação - Clientelismo - Mudança.

ABSTRACT

The present study aims to point out the problem of public policies with an authoritarian way, where, in a study case, there is a perception of population inaction in order to use a public space designed to them. Based upon a theoretic reference that allows understanding the Brazilian people social and historical formation can be interpreted that a kind of cooptation practices roots are the principle to be considered to evaluate that instituted problem. Furthermore, the Taubaté city goes through a lot of transformations such population increase, and strong urbanization and industrialization processes which reduce the oligarch actions to control the political power, which exists, however with less cooptation capacity than what occurred decades ago. In this sense, the PT (Worker Party) way of governing seems to be the possible solution of this problematic issue, nevertheless, the feature to make this happens needs a party articulation to conquer the Taubaté population who are skeptical from the public policies applied to the city. Hence, there is a perception that only with dialogue and debate that is possible to reorganize the public space in Taubaté, giving privileges to the community instead of to the individual, searching to change the reality of inaction and disarticulation from people of Taubaté.

Keywords: Disarticulation – Cooptation – Change

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 A formação das relações de poder no Brasil.....	10
2.2 Transformações ocorridas no processo de urbanização no Brasil.....	14
2.3 Transformações no Brasil por meio do modo petista de governar.....	17
3 MÉTODO	21
4 ESTUDO DE CASO	22
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXO.....	31

1 INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido para esse trabalho envolveu a avaliação da problemática entre a inação de uma comunidade do bairro Santa Tereza em Taubaté no uso de um espaço público, no caso, uma escola municipal que possui quadra de futebol, piscina, espaço apropriado para prática de esporte e cultura, mas o que acontece é a falta de políticas públicas da prefeitura para a ocupação deste espaço para atividades comunitárias. Com base neste problema, o trabalho foi desenvolvido na busca de analisar os motivos dessa falta de articulação das pessoas que moram no bairro em usar um espaço que pretendia ser direcionado a elas. Assim, houve a avaliação de que o perfil dessa inação é fruto de políticas clientelistas que ainda são mantidas no município de Taubaté, em que sua justificativa se estabeleceu pela necessidade de avaliar a falta de articulação de uma comunidade na cidade onde moro. Portanto, procurou-se relacionar este problema com possíveis ações governamentais do Partido dos Trabalhadores que visassem à desconstrução de uma política mantenedora de privilégios individualistas que não permitem a formação de ações coletivas que busquem a melhoria do bem-estar comunitário.

Dentro desse contexto, a temática que foi desenvolvida para o trabalho envolveu um referencial teórico que permitisse uma análise mais detalhada sobre a falta de ação da comunidade em não exigir dos poderes locais o uso de um espaço público para o desenvolvimento de atividades de recreação, de lazer e de entretenimento. Essa inação foi analisada com base na formação histórica brasileira, envolvendo a relação entre pessoas de poder econômico e político e a população que estes representavam, dentro dessas características, volta-se ao momento das relações de coronelismo e de clientelismo desenvolvidas no momento da república velha (1889-1930), porém tais relações eram um florescer de processos mais arcaicos que estabeleciam a figura do senhor de engenho como o eixo de ação da região, o que praticamente aconteceu foi o aumento da complexidade de tais procedimentos sociais, em que a figura do coronel passa a necessitar de barganhas pessoais para determinadas pessoas, em vez de somente impor o poder à força como na época colonial e monárquica do Brasil.

A estrutura social brasileira é a base teórica que serve de referencial para o trabalho

desenvolvido, dessa maneira, há de se avaliar todo o contexto de formação dessa, a qual se estrutura em uma relação de latifúndios, escravagismo, monocultura e exportação, e, em que, no decorrer dos anos na história brasileira, essas quatro variáveis apresentadas perdem suas características e enfraquecem, devido ao processo de urbanização e de industrialização do país. Logicamente, cada variável dessa sofre efeitos diferenciados, pois a escravidão finda-se em 1888, o mercado interno desenvolve-se reduzindo a força da monocultura e do caráter exclusivo na exportação de produtos, o único vetor menos desgastado, porém cenário de infindáveis lutas na história brasileira é a divisão de terras, em que o poder latifundiário, hodiernamente, ainda tem destaque. Essa explanação introdutória é necessária para entender a dinâmica de criação da sociedade brasileira e perceber, dentro desse contexto, que a base da cultura política brasileira ainda é estabelecida em relações de poder que envolve o personalismo em detrimento do diálogo com a coletividade. Apesar do desenvolvimento brasileiro e a capacidade deste país em resolver enormes problemas endêmicos, ainda há enormes conquistas a serem estruturadas no Brasil, e, uma das principais, envolve o aumento da participação política de estratos cada vez maiores da população para legitimar e corroborar as ações governamentais tomadas pela população.

Apesar dessa necessidade, a realidade que foi encontrada pelo trabalho desenvolvido mostra uma relação que ainda remete aos tempos de coronelismo e de clientelismo. Obviamente, não há aqui, características de voto de cabresto, como encontrado na época da república velha (1889-1930), todavia, há a percepção do personalismo político como linha orientadora das práticas aplicadas no município de Taubaté, o que confere situações de similaridade ao momento que será mais bem detalhado ao longo do texto. Com isso, o objetivo do trabalho é, justamente, por meio de uma pesquisa de campo com entrevistas feitas aos moradores do bairro, levantar informação para avaliar a relação entre a inação da comunidade e o contexto teórico que define as práticas personalistas da política brasileira como método de desarticulação de mecanismos coletivos de atuação para o desenvolvimento do bem-estar público.

Com base nisso, as entrevistas foram feitas por meio de questões que puderam captar esse cenário adverso e constatar o contexto dialético em que essa comunidade na cidade de Taubaté passa, pois percebe-se duas características nesse cenário: a adversidade que envolve a falta de ação e de articulação política em busca de melhores condições de vida e a dialética que é percebida pela desconfiança com as relações políticas locais, pois a comunidade local sabe e entende o que precisa ser feito, contudo, não percebem que a concretização do uso de um espaço público como o de uma quadra passa pela demanda do próprio coletivo e não por

decreto do governo municipal. Essa falta de percepção e a desvalorização do cenário político, em que a população não se considera parte dele, entendendo apenas como ação política o momento do voto, dificulta demasiadamente a mudança do cenário apresentado. Assim, a maior problemática encontrada no trabalho desenvolvido está nessa correlação entre a desarticulação da comunidade para o benefício próprio e a desvalorização, por ela mesma, das relações políticas, vistas como promíscuas e praticadas apenas por pessoas de má índole.

Ao constatar toda essa problemática e direcionar o objetivo deste trabalho em entender o desenvolvimento social brasileiro para entender o contexto atual da inação da comunidade apresentada, percebe-se que o modo petista de governar pode ser uma ferramenta de grande envergadura para dirimir e erradicar o cenário político apresentado. Nesse caso específico, o projeto dos CEUs é o que mais se enquadra para que ocorram mudanças nas relações estabelecidas pela política local, em que o incentivo ao coletivo para se manifestar é inexistente, portanto, somente por meio de políticas públicas iniciadas pelo poder municipal é que se terá condições de alavancar um aumento na articulação entre os moradores da comunidade em benefício político próprio, pois sua inatividade é reflexo de um contexto histórico de relações clientelistas, que apesar de atuarem, hodiernamente, de maneira menos enfática como ocorria no final do século XIX e início do XX, ainda é constatada na atualidade. Assim, a primeira mudança que deve ser estabelecida no contexto político deve ocorrer nas eleições, para que grupos que se opõem ao poder hegemônico municipal possam instigar a participação comunitária e assim diminuir e, em um cenário de médio prazo, acabar com a conotação personalista da articulação política no município taubateano.

Ao explicar todo esse conceito, pretende-se estabelecer um trabalho que possua um referencial teórico que possa definir a formação social brasileira, na qual os reflexos desse processo ainda podem ser encontrados na comunidade que foi objeto de estudo, além disso, há a necessidade de evidenciar as transformações sociais que ocorreram e ocorrem em nosso país, primeiramente, envolvendo os processos de urbanização e de industrialização e, posteriormente, as lutas políticas de setores sociais que passam a exigir maior participação política no país. Dessa maneira, o recorte dessa problemática nesse trabalho envolve o bairro do Santa Tereza em Taubaté, em que a desarticulação política da comunidade é perceptível pela falta de uso dos espaços públicos que são direcionados a ela, sendo esta, fruto das relações políticas estabelecidas dentro do município, e que parece não haver condições de mudança no cenário de curto prazo, pois constata-se que a única manifestação política da comunidade ocorre no momento eleitoral, portanto, fica claro, que, por meio do voto, é que a situação poderá ser mudada, e, para conquistar isso, é necessário um trabalho próximo das

comunidades por parte do Partido dos Trabalhadores para discutir e debater os problemas dos bairros na cidade. Dessa maneira, a eleição de um prefeito do Taubaté torna-se consequência desse processo, para que, assim, se possa estabelecer práticas políticas que permitam e instiguem a participação da população na definição das ações que norteiam seu próprio bem-estar, desestruturando as relações clientelistas encontradas no momento atual em Taubaté.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho buscou avaliar três pontos importantes do contexto histórico brasileiro, colocando em evidência as transformações pelas quais o país passou nas relações das esferas de poder. Primeiramente, a formação das relações de poder no Brasil, em que se define a estruturação das relações de clientelismo, partindo de uma base econômica latifundiária, exportadora, monocultora e escravagista. Deste contexto, avaliou-se os efeitos dessa formação nas relações atuais encontradas em nosso país e especificamente no recorte de estudo, o bairro Santa Tereza em Taubaté.

Outro ponto importante a ser discutido e debatido no referencial teórico é o processo de urbanização no Brasil, principalmente entre o final do século XIX e primeira metade do século XX e avaliar as transições e os efeitos pelos quais isto afetou as relações de poder do Brasil ruralista. Com essa referência, foi considerada de extrema importância a avaliação desta transição com o contexto apresentado no estudo de caso.

Por último, foram consideradas as transformações pelo que o país passa, por meio do modo petista de governar, incluindo os ganhos sociais pelos quais a administração do Partido dos Trabalhadores pode impor ao país nestes últimos anos, porém tal procedimento não foi acompanhado pelo município de Taubaté, em que se percebe a necessidade da efetivação de tais políticas, porém ainda há a incipiência de articulações para a execução disto. Dessa maneira, percebe-se, ainda, a grande influência das relações de poder clientelistas em nosso município, o que corrobora a detecção da problemática apresentada envolvendo a inação da comunidade no usufruto de um espaço público direcionado a ela.

2.1 A formação das relações de poder no Brasil

O Brasil, país formado por meio de uma colônia de exploração portuguesa, teve sua estruturação, como nação independente, em uma economia monocultora exportadora de café,

produto que serviu de base para o desenvolvimento econômico nacional, permeando todo o período do Brasil Império e da República Velha (1822-1930), sendo ainda hoje, um produto importante da pauta de nossa exportação, porém não é mais o principal.

Ao compreender a dinâmica de relações impostas pela cultura da produção cafeeira, pode ser entendido como foi estruturada a condição de poder político em nosso país, principalmente, nas primeiras décadas do Brasil independente. Para melhor compreender essa dinâmica econômica, segue um excerto de Furtado (2007):

...No primeiro decênio da independência o café já contribuía com dezoito por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações.(..) todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século XIX, deve-se estritamente à contribuição do café...

Assim, o café é o primeiro produto da pauta exportadora do Brasil independente, e, curiosamente, a região do Vale do Paraíba, na qual Taubaté é uma das principais cidades (sendo a principal naquele momento), foi a fomentadora inicial da produção cafeeira. Logicamente, essa região teve seu destaque por três razões claras, em que, primeiramente, se encontrava próxima à capital (Rio de Janeiro), além de possuir o excedente de mão de obra da economia exploradora de ouro das regiões das minas, e, por último, a facilidade, comparado a outros locais do Brasil, em escoar a produção para a exportação. Essas razões colocam o Vale do Paraíba como a região impulsionadora na produção de café, mantendo essa posição até a década de 1870, em que floresce a economia cafeeira do oeste paulista, a qual possuía terrenos mais férteis, permitindo uma escala de produção maior e, portanto, maiores investimentos.

Com o advento do café e a sua estruturação como principal produto de exportação da economia brasileira, seus produtores organizaram-se em oligarquias cafeeiras, sendo a cidade de Taubaté uma das mais proeminentes no período monárquico brasileiro. Dessa forma, a partir das décadas de 1830 a 1840, forma-se uma classe econômica de forte poder aquisitivo que se baseia na economia do café, esse grupo vai articular politicamente suas ações, definindo a agenda governamental brasileira por muito tempo.

Ao estruturarem-se economicamente, como decorrência, os cafeicultores vão definir a sistemática de uso da mão de obra do momento, sendo que esta era praticamente escrava, assim o Brasil nascia independente, porém contraditório em suas relações sociais, já que o principal produto de sua pauta de exportação tinha sua estrutura produtiva baseada em um grupo social sem direito. Essa constatação, mostra a complexa formação social, política e

econômica brasileira, pois a produção cafeeira passa a guiar as ações políticas do Brasil, obviamente, houve tentativas contrárias, o próprio governo monárquico forjou várias tentativas de industrialização durante o período de Dom Pedro II, porém a sistemática mercadológica brasileira como país exportador agrícola configurou-se no período, determinando o domínio político da sociedade em um viés oligárquico e cada vez mais compreendido no eixo centro-sul do país.

Dentro dessa complexa situação, entre a mão de obra escrava e a elite econômica cafeeira, havia uma pequena classe média, muito mais próxima ideologicamente da elite dominante do que da base populacional. Assim, o século XIX no Brasil vai ter um lento processo de degradação do sistema escravagista de produção, aumento da classe média urbana e gradativamente o assalariamento da mão de obra cafeeira advinda de imigrantes europeus.

Com uma estrutura concentrada de renda e poder no Brasil Império e no início da República, há de se destacar o processo do coronelismo, pelo qual o clientelismo é vinculado, em que a figura do coronel regional circulava o espaço político, econômico e social do Brasil rural no século XIX até meados do século XX, ao qual ainda há a percepção deste personagem atualmente, porém com força mais atenuada. Como pode ser afirmado em Fausto (2006):

O coronelismo tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República e cujas raízes remontam ao Império; já então os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança – herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira formal. (...) Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira...

Assim, o coronelismo vai ditar as regras de conduta da sociedade brasileira durante a República Velha (1889-1930), principalmente, neste momento, a região do Vale do Paraíba já não possuía o mesmo dinamismo econômico que tivera no período monárquico. Dessa maneira, as relações coronelísticas foram edificadas e estabilizadas nesta região, em que a descrição apresentada no excerto configurava-se claramente.

Neste cenário, o advento da República aumentou o quadro de eleitores no país, porém, concomitantemente, reforçou os vínculos de domínio aristocrático sobre a população, em que o coronelismo e o clientelismo se tornam processos sintomáticos da formação social brasileira que já germinava na monarquia, mas acentua-se no período republicano.

As características supracitadas da figura do coronel como o centro de ocupação do espaço político, social e econômico do Brasil vai ser estruturado nas relações clientelistas entre este e seu pessoal, como pode ser visto neste excerto de Fausto (2006):

...Assim, a extensão do voto a todos os alfabetizados, conquista republicana, em lugar de implantar um sistema de escolha, que consistisse na afirmação da opinião do eleitorado, votando pelos candidatos que lhe parecessem os mais capacitados, ampliou o antigo sistema em que o voto era um bem de troca. Durante o Império, era um bem de troca que se negociava entre eleitores e candidatos pertencentes quase todos aos níveis socioeconômicos mais elevados; na República, as normas “liberais e democráticas”, introduzidas como uma correção do que havia de viciado durante o Império (por exemplo, a barganha eleitoral), foram reinterpretadas em termos das condições socioeconômicas existentes e tiveram como resultado estender a todos os níveis da hierarquia social o mesmo sistema anterior, não era a eleição o momento da escolha dos mais capacitados e sim “um momento de barganha ou de reciprocidade de dons. O indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebe-lo. (...) Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião...

O que se percebe nas relações clientelistas é o benefício do indivíduo sobre o coletivo, dessa maneira, o voto torna-se um mecanismo de barganha, em que o favorecimento do eleitor para determinadas benesses políticas acaba por privatizar o espaço do diálogo público, desdobrando-se assim em uma sociedade que enxerga na política pública o bem próprio, sem avaliar a importância do associativismo e do cooperativismo para que o benefício social possa ser distribuído a um grupo de pessoas. Dessa maneira, apesar de diferente do que podemos constatar nos excertos acima, o município de Taubaté ainda sofre das prerrogativas do coronelismo e do clientelismo, pois percebe-se a questão da herança na figura do coronel, pois o prefeito atual é José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior é filho do político que domina a cidade desde 1983, o ex-prefeito José Bernardo Ortiz Monteiro; o qual permeia sua atuação política na busca de desautorizar as manifestações sociais, por meio de benefícios pessoais aos líderes de tais movimentos. Assim, percebe-se que a cidade onde moro ainda possui raízes do pensamento coronelista e clientelista, dificultando o desenvolvimento do município, pois não permite à sociedade taubateana definir seu próprio caminho, já que lideranças naturais são cooptadas pelo esquema de participação na esfera de poder municipal.

Espera-se a mudança deste pensamento na cidade de Taubaté, devido ao seu crescimento, hoje a cidade está aproximando-se de 300 mil habitantes, com mais de 200 mil eleitores, tanto que em 2012 já houve segundo turno nas eleições, as quais disputei contra o candidato que representa esses valores tradicionais da política taubateana. Dessa maneira, o efeito da urbanização e do crescimento das cidades brasileiras, fato que ocorre em etapas,

sendo as capitais dos estados desenvolvidos as primeiras a sofrerem tal processo, e que hoje as cidades médias paulistas, paulatinamente, sofrem deste fenômeno podem ser determinantes para o término do ciclo desta visão política que ainda permeia parte do território brasileiro, porém cada vez menos forte.

2.2 Transformações ocorridas no processo de urbanização no Brasil

Conforme explicitado no item anterior, a urbanização e o crescimento das cidades brasileiras vão reconfigurar as relações de poder em todas as esferas de atuação. Dessa maneira, o crescimento populacional, apesar de ter ajudado inicialmente a estruturação do coronelismo, chega a um limite que estabelece a atenuação da força política do coronel, porém a estrutura de poder formada por esse processo não foi destruída rapidamente, ainda há resquícios disto em vários locais no Brasil, principalmente nas políticas municipais e em alguns estados brasileiros menos desenvolvidos. Assim, Fausto (2006) considera:

...Dois processos internos à sociedade brasileira, porém externos à estrutura coronelística, vão agir contra ela; a eles se somará um terceiro processo, esse externo ao país, mas que acentua os outros – a industrialização. Num primeiro momento, urbanização e crescimento demográfico são processos que concorrem para o desenvolvimento e a manutenção da estrutura coronelística, para, em seguida, pelo seu próprio incremento, levarem a esta abalos que tendem a arruiná-la. A cidade populosa, internamente muito diferenciada, vai escapando ao poder dos coronéis, tipo muito rudimentar de autoridade para servir a um conjunto complexo. Aumentam muito as camadas urbanas intermediárias, entre a camada superior e as inferiores, acentuando as distâncias socioeconômicas entre estas. Pouco a pouco, grupos ocupacionais específicos se estruturam, e também se opõem a este por uma necessidade da própria estrutura nova que surge. O coronel, que fora o antigo “dono” da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores. (...) Esta transformação foi paulatina e está ainda em processo; a própria estrutura interna das parentelas contribuiu para que não houvesse ruptura, quando se iniciou a passagem de um tipo estrutural a outro. E isto porque a posse de bens econômicos – critério por excelência da distinção em camadas da nova sociedade – já existia e era importante na forma social anterior. A persistência deste critério de distinção da posição sociopolítica de indivíduos e de grupos fez com que a mudança de uma sociedade dominada pelas pirâmides de parentela, para uma sociedade estrutura segundo o prestígio econômico e ocupacional, não produzisse grandes abalos: ambas as formas sociais estavam baseadas na posse de bens de fortuna. As modificações seguiram a linha de riqueza do país; por isso o Estado de São Paulo, devido ao café, foi aquele em que elas tiveram um ritmo mais acelerado.

Dentro dessa concepção, percebe-se que as relações de poder, apesar da decadência da política coronelística, seguia baseada em suas concepções, porém encontravam-se em um contexto social mais complexo e dinâmico que a urbanização, o crescimento populacional e a industrialização, assim o personalismo político existia, mas não somente de uma única pessoa,

dessa maneira, apesar do aumento da classe média, consequência do desenvolvimento do país, principalmente, a partir da década de 1920, as relações de poder ainda eram similares às práticas clientelistas, em que a barganha eleitoral sobressaía ao bem estar coletivo.

Com este prognóstico, o que se percebe é uma evolução lenta e gradual da estruturação política e social brasileira, pois, apesar de a urbanização, o crescimento populacional e a industrialização servirem de mecanismos alavancadores do desenvolvimento do país, as práticas envolvendo as relações de poder não foram atreladas a mudanças drásticas como a que os três itens supracitados puderam fazer com a economia nacional.

Assim, a figura personalizada do coronel torna-se mais difusa, porém o surgimento de pertencimento a classes dominantes servem de manutenção de políticas de favorecimento pessoal em detrimento de ações que visassem ao estímulo do associativismo e do cooperativismo em todas as classes sociais no país. Dessa maneira, o Brasil do século XX passa por uma transição lenta e gradual que permite o aumento populacional e, proporcionalmente, o aumento de dominantes e de dominados no regime político e social brasileiro, os quais se tornam vinculados ao poder econômico de cada membro da sociedade, sendo que os mais ricos, gradativamente, passam a perceber a importância da consciência de classe, e que, ao manter o padrão de conduta política na esfera do favorecimento pessoal, aconteceria a inibição do surgimento de movimentos sociais de caráter popular. Logo, a perda do poder político da figura do coronel, devido às transformações sociais e econômicas do Brasil a partir da década de 1920, foi compensada pelo associativismo das classes dirigentes, permitindo a eles a manutenção do poder econômico e, conseqüentemente, a dominação política, mesmo que esta pudesse ser exercida por grupos advindos de camadas da classe média urbana. Fausto (2006) considera o seguinte sobre este tema:

...Como se vê, o crescimento demográfico e crescimento urbano foram determinando toda uma dinâmica de multiplicação de trabalhos e de serviços que minava e arruinava o poder dos chefes locais. Pouco a pouco se tornava visível que o coronelismo era condizente com um tipo muito específico de sociedade, definido pela indistinção de funções, pela pequena diferenciação das ocupações, pela pouca necessidade de especialização, pela acanhada divisão do trabalho, o que quer dizer, pelo significado modesto da instrução, já que qualquer indivíduo podia desempenhar, com um mínimo de treino, grande variedade de funções. Quando o desenvolvimento do país propiciou o aparecimento de uma sociedade cujos caracteres forma opostos àqueles, e que se apresentava como cada vez mais complexa na interdependência dos ramos de atividades perfeitamente distintas, então o princípio mesmo que permitira o aparecimento e a existência dos coronéis estava comprometido, e seu desaparecimento, num futuro mais ou menos próximo, estava selado.

Com esta afirmação, Boris Fausto mostra a evolução da sociedade brasileira concomitantemente ao fim da política coronelística, incluindo várias etapas, e por isso

considera que este padrão de conduta não seria rapidamente destruído. Dessa maneira, o que se percebe de extremamente relevante nas transformações que o processo de urbanização, de crescimento populacional e de industrialização acarretam no Brasil é o afrouxamento dos padrões de ação político baseados na figura única de um coronel. Logo, o desenvolvimento dos municípios brasileiros, assim como dos estados e do próprio país permite compreender que isso não ocorre ao mesmo tempo, pois locais no Brasil que sofreram a ação desenvolvimentista em maior escala tendiam a reduzir a influência da política coronelística mais rapidamente do que locais em que esse desenvolvimento era menor.

Assim, simplesmente, fica fácil de comparar cidades como São Paulo e Rio de Janeiro e seus respectivos estados como os pioneiros na redução do coronelismo e do clientelismo, porém cidades médias nestes estados que tenham um tamanho próximo de 300 mil habitantes, em que Taubaté se inclui, passam por uma dinâmica mutante das relações de poder na atualidade, assim, a figura coronelística da política local hoje, o qual é filho do ex-prefeito, já não possui o mesmo poder que o pai possuía, necessitando assim, de uma maior articulação para a obtenção do poder. Dessa maneira, o grupo formado para o domínio político de Taubaté é bem mais heterogêneo do que foi há 30 anos, porém, apesar desse avanço no sentido de incluir mais atores políticos na sociedade taubateana, a forma de atuação nas relações de poder ainda se mantém, ou seja, é mais importante beneficiar lideranças que possam ser cooptadas do que estabelecer uma relação saudável com as comunidades de bairros para que estas possam definir e legitimar as ações políticas que ocorrem em seu território de ocupação.

Com isso exposto, considera-se que a política taubateana ainda possui grandes resquícios das relações assimétricas das políticas oligárquicas que foram denominadas no Brasil de coronelismo. Dessa maneira, a inação que pude detectar no bairro Santa Tereza é consequência da política ainda adotada no município, a qual não permite a estruturação de novas lideranças que não sejam cooptadas pelo grupo dominante para que possam se estabelecer o máximo possível no poder sem ter de ceder seus poderes para a população.

Logo, a inação da comunidade em Taubaté em não demandar o usufruto de um espaço público que deveria ser de seu alcance é uma consolidação das políticas públicas que foram aplicadas de forma autoritária sem a busca da emancipação destes grupos em definir as suas próprias ações, portanto, sempre dependentes, do poder municipal, o qual dita as regras e estipula a conduta dos habitantes dos bairros mais carentes da cidade de Taubaté.

Ao detectar esta problemática, o estudo busca avaliar soluções para este problema dentro das concepções do modo petista de governar. Assim, há a pretensão de discutir o item apresentado sob a ótica da gestão do Partido dos Trabalhadores visando assim a uma mudança

na forma de agir dos grupos políticos da cidade em que a orientação se baseia no desenvolvimento político de todo cidadão e no estímulo da participação coletiva das pessoas em busca de melhorar seu próprio bem-estar.

2.3 Transformações no Brasil por meio do modo petista de governar

O surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980 é o desdobramento das ações do sindicato dos metalúrgicos da região da grande São Paulo no final da década de 1970, essa aglomeração de trabalhadores que começavam a discutir benefícios políticos de forma coletiva, por meio de um sindicato atuante, foi o início da consciência de classe dos trabalhadores na história do Brasil, lógico que já havia manifestações anteriores, datadas desde o começo do século XX, porém o que se estabelece como inicial dentro deste processo é a capacidade de organização dos trabalhadores em um partido que busca reconfigurar as relações de poder no país dentro do processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante a década de 1980.

O Partido dos Trabalhadores surge, dessa maneira, como antítese ao projeto aristocrático que buscava a redemocratização, porém sem estimular a participação popular na política nacional, portanto, o modo petista de governar vai de encontro ao contexto ideológico de sua formação, em que a busca da formação política cidadã e a estabelecimento da participação popular na formatação de políticas públicas se tornam alicerces da mudança da realidade social brasileira.

Logicamente, após mais de 30 anos de sua formação, os desafios atuais são mais complexos, porém o foco ainda permanece o mesmo, todavia as ações para a concretização dos ideais do PT dentro da sociedade brasileira devem ser constantemente avaliados e readequados, como cita Genro (1999):

...As exigências que emergem para nós, hoje, como prefeitos e governadores, como dirigentes políticos de gestão regional e de gestão local, são tarefas muito mais complexas do que aquelas que se davam há dez, há 20, há 30 anos. Isso ocorre não só porque o domínio do capital, no período atual, é um domínio por meios muito mais sofisticados, mas também porque é um domínio muito mais profundo, que se reproduz no próprio “modo de vida” das pessoas. É um domínio que não se dá somente pelo processo de exploração e pela “força”, dá-se também mediante processos de segregação e de exclusão, de controle cultural e de rígido controle da informação e para a produção de uma socialidade alienada: uma socialidade voltada para o privatismo e para o individualismo, que é o corredor através do qual opera o processo ideológico neoliberal.

Assim, a relação de conflito entre o grande capital e a emancipação cidadã mostra o perfil da discussão ideológica na formatação de políticas públicas para o país. Dessa maneira, estar a serviço de um projeto de segregação e de exclusão, portanto, ideologicamente neoliberal, é a forma de vincular as ações políticas ao domínio econômico transnacional, portanto, com foco na concentração de renda e redução dos benefícios sociais e trabalhistas. Com base nisso, a programação ideológica do Partido dos Trabalhadores orienta o modo petista de governar tendo como foco a inclusão, não somente social e econômica, mas também política, pois a emancipação do indivíduo dentro destas três esferas de atuação permite com que este possa enxergar o coletivo como forma de organização social para a busca da melhora do bem estar tanto pessoal quanto comunitário.

O modo petista de governar, com base no que foi afirmado, passa a ser, na verdade, modos petistas de governar, pois dentro de uma realidade como a sociedade brasileira, encontram-se vários estágios evolutivos de atuação política da sociedade organizada, assim o próprio Partido dos Trabalhadores considera que a avaliação do momento em que se encontra o município, o estado e o país, vai definir a forma de conduta da gestão petista em cada esfera, como exemplo, podemos comparar o foco de uma cidade como São Bernardo do Campo, berço do movimento sindical metalúrgico, com vários mandatos do Partido dos Trabalhadores, em que a sociedade já se encontra mais emancipada no sentido de exigir seus direitos e agir de forma coletiva, em contraposição ao município de Taubaté, em que nunca houve uma administração petista, e que a visão individualista e clientelista ainda perdura. Assim, mecanismos diferentes devem ser aplicados a cada município, logo, apesar de se ter o mesmo foco no sentido da emancipação do indivíduo como ser político e pertencente a um coletivo, há de se detectar diferentes níveis de organização comunitária nas cidades brasileiras.

De acordo com Rodrigues (1999):

...Mas dizer que o PT é uma instituição em processo de construção não significa abdicar da necessidade de que tenha definições mais claras sobre uma estratégia de construção do poder popular, de construção do novo, de algo que justifique a sua existência, que o diferencie dos demais partidos, que não o coloque na mesmice de apenas administrar a crise do capitalismo, mas que, ao contrário, o negue enquanto modo social de produção e aponte saídas que representem uma visão de mudança estrutural da sociedade atual, na perspectiva da realização do sonho socialista. Dessa forma, mesmo supondo que essa relação conflituosa de forças, de concepções, de práticas diferenciadas se dá dentro de um campo muito grande de unidade, resolvidas por mediações dialéticas e não meramente formais, podemos afirmar que hoje não há um modo petista de governar, mas modos petistas de governar.

Neste excerto, fica claramente estabelecido a necessidade de constantemente avaliar o modo de gestão petista, apesar das definições estratégicas de construção de um modelo

socialista de governo, as dimensões táticas e operacionais das políticas públicas devem ser estabelecidas com base na avaliação da realidade encontrada em cada recorte territorial no Brasil. Dessa maneira, a concepção de vários modos petistas de governar estabelece a diferenciação e a heterogeneidade da ocupação do território brasileiro.

Com a chegada do PT ao poder municipal, em prefeituras como a de São Paulo, entre outras, ocorre a confrontação entre as concepções teóricas e as práticas cotidianas de gestão. Dessa maneira, ocorre um amadurecimento do partido, que passa a desenvolver estratégias que pudessem servir de transição de um modelo arcaico de gestão para um modelo mais participativo, como elucida Trevas (1999):

...nossas experiências de governo não só explicitavam insuficiências em nossas formulações políticas mas revelavam os limites da cultura partidária. Nossa cultura política mostrava-se assim fragmentada, operando paradigmas díspares que refletiam a diversidade de nossa procedência. Em relação aos nossos governos agíamos como se fôssemos ora movimento social, ora militantes de um projeto portador de outro significado e radicalidade, ora atores de demandas particularistas. A complexidade não parava aí. As dificuldades e contradições iam além dos limites da nossa cultura e de nossas formulações políticas. Atingiam a esfera da subjetividade, do comportamento e das expectativas. Descobria-se o sentido e o caráter da política em uma sociedade como a nossa. Descobria-se a política como mecanismo de mobilidade e ascensão sociais, como espaço de status adquirido, como possibilidade de efetivar demandas e projetos pessoais. A política como arena dos afrontamentos societários, como espaço de reivindicações sociais, como mediação de projetos históricos e como promessa de uma nova sociedade passava a ser “compartilhada” com essas novas “dimensões existenciais”. Isso envolveu o partido em um movimento pendular, fazendo-o oscilar entre uma visão abstrata e doutrinária e uma vivência pragmática da experiência política de governar.

Obviamente, o excerto explicita o grande problema passado pelo PT ao tornar-se governo, pois muitas de suas metas ideológicas tiveram de ser postergadas para que ajustes de momento pudessem ser feitos para que em um futuro próximo, as reais intenções do partido poderiam realmente serem estruturados juntamente à sociedade brasileira.

Com estas definições, o modo petista de governar mostra-se como algo complexo e difuso, pois apesar de regras estratégicas que induzem uma programação política de ação, a

realidade dos espaços brasileiros mostram que para evoluir a gestão da máquina pública nacional devem-se considerar vários modos petistas de governar. Dessa maneira, a constante readequação de procedimento e o constante diálogo com a sociedade organizada devem funcionar como orientações primordiais para o desenvolvimento do país e do sonho socialista de projeto de Estado que o Partido dos Trabalhadores propõe.

Essa concepção mostra que o caso taubateano deve ser avaliado sobre a realidade atual, e que, apesar de experiências de governo do partido dos trabalhadores em outros municípios podem servir de referência, a legitimidade do projeto só virá com a emancipação da comunidade em construir o seu próprio destino dentro de um diálogo coletivo com a gestão municipal, sem imposições deste sobre a população. Dessa maneira, a política taubateana necessita de uma avaliação cuidadosa para que projetos que foram bem sucedidos em outros municípios, no caso os CEUs que poderiam ser a solução para problemática demonstrada pelo estudo de caso que desenvolvo neste trabalho, percam sua legitimidade por falta de articulação política que permita o sucesso na implantação deste padrão de políticas públicas no município de Taubaté.

Por último, como referência do modo petista de governar segue um excerto de Holanda (1995) que parece especificar o contexto de atuação do Partido dos Trabalhadores:

...Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. (...) Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo. Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

Este excerto de Sérgio Buarque de Holanda corrobora a necessidade de transformação do Brasil, em que o Partido dos Trabalhadores é parte atuante nesse processo, entende-se, porventura, que isto é lento e gradual, porém os doze anos de governo federal sobre o PT

demonstra que o caminho a percorrer parece existir, e que, apesar das lutas, há possibilidades críveis de se chegar ao sonho socialista preconizado no contexto ideológico do modo petista de governar.

Dessa maneira, o referencial teórico que busquei apresentar orientou-se pelo contexto histórico de formação social do Brasil e como as transformações ocorridas tanto pela industrialização quanto pelo modo petista de governar modificaram a realidade brasileira, apesar de ainda ser percebido manifestações locais de relações arcaicas de poder em nosso país. Todavia, como foi expressado neste texto, as mudanças contextuais no história do Brasil nunca tiveram características de ruptura com o modelo predecessor e sim um movimento de adaptação e readequação estrutural que permitisse a concomitância entre o velho e o novo, por isso, a constatação de um processo mutacional lento e gradual na realidade brasileira.

Com todo esse arcabouço teórico exposto, explicitarei o método de pesquisa, assim como o estudo de caso, propriamente dito, além de análises e discussões, com a conclusão do trabalho referenciado ao que foi discutido nessa parte teórica.

3 MÉTODO

A pesquisa consistiu em comprovar a tese proposta, por meio de um questionário para um grupo de pessoas moradoras no bairro Santa Tereza em Taubaté, isto foi a base da pesquisa de campo e que serviu como fonte de informação para avaliar a relação entre a inação da comunidade e a falta de informação desta. Dessa maneira, a pesquisa de campo também serviu para avaliar o efeito das gestões municipais nas relações desta com a comunidade, envolvendo os conceitos de clientelismo e de coronelismo para a manutenção de um poder oligárquico no município de Taubaté.

Com as respostas fornecidas na aplicação do questionário, analisou-se criteriosamente que a literatura crítica em relação à formação social e econômica do Estado brasileiro estabeleceu conceitualmente os alicerces das relações de poder que ainda se encontram consolidadas no estudo de caso que foi desenvolvido. Dessa maneira, o modo petista de governar precisa ser divulgado e discutido para servir de referência antagônica às dimensões conservadoras de relações arcaicas de poder que se manifestam em municípios como o de Taubaté.

Nesse contexto, a falta de utilização dos espaços públicos pela comunidade do bairro de Santa Tereza é claramente justificada por conceitos teóricos em que as relações de poder

são formadas pelo exercício do poder econômico em detrimento do diálogo e do associativismo das comunidades, e, o que foi percebido durante a aplicação do questionário, é que somente com políticas públicas que incentivem a participação social, como o modo petista de governar pontua, é que será possível a desarticulação da estrutura de relações socio-políticas montadas no decorrer da história do Brasil.

Segue anexo ao final do texto um modelo de questões que foi aplicado na comunidade, sendo que foram entrevistadas 6 pessoas ao todo, além do que as questões foram feitas e respondidas oralmente.

4 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso do trabalho foi desenvolvido com base no referencial teórico apresentado, envolvendo a constatação da inatividade da comunidade do bairro Santa Tereza em Taubaté. Para aprofundar a investigação deste problema, foi desenvolvido um questionário com 6 perguntas, em que entrevistei 6 pessoas da comunidade buscando avaliar as relações de poder no local, onde a prefeitura desenvolve um método autoritário de gestão sem diálogo algum com a população do bairro.

Dessa maneira, cada questão foi pensada para analisar a problemática que foi constatada e assim, confirmá-la como prática do município. Assim, para facilitar a análise e a discussão deste estudo de caso, considero importante expor as questões que foram feitas e qual o intuito delas para a pesquisa. Importante lembrar que o roteiro de questões foi usado para que estas fossem feitas verbalmente por mim para que eu gravasse a resposta, pois considere este tipo de encaminhamento das entrevistas mais produtivo por permitir uma maior fluidez na resposta do entrevistado.

A primeira questão é a seguinte: “Como está sendo usado este espaço público no seu bairro? Há alguma associação de bairros responsável pelo uso dele? Há alguma atividade da prefeitura junto à comunidade para este espaço?”; esta questão é formada por três perguntas que se concatenam e buscam avaliar o grau de articulação política do bairro e como a prefeitura estabelece as relações com a comunidade. Assim, pretendia alcançar com essa questão as informações que mostram a desestruturação das articulações na comunidade e a relação de poder autoritária da prefeitura em relação aos moradores da comunidade, confrontando a referência teórica de estudos sobre o coronelismo e o clientelismo, os quais parecem definir os padrões de relações de poder estabelecidas no município de Taubaté.

A segunda questão é: “Este espaço está sendo frequentado para outros fins como uso de drogas, prostituição, entre outros?”; esta questão serve para avaliar os desdobramentos da inatividade da comunidade no usufruto de espaços públicos, assim os usos alternativos que degradam o espaço são sintomas da falta de articulação do bairro para estabelecer regras de conduta no uso deste. Além disso, há a negligência da prefeitura que deveria, neste caso, estimular o associativismo no local, como o modo petista de governar faria, porém não é o que se percebe, portanto essa questão foi constituída para mostrar as consequências da falta de conduta dos moradores em estabelecer uma melhor qualidade de vida, por meio do usufruto de um espaço público como as quadras no bairro. Dessa maneira, isso acaba tornando-se um fardo para a própria comunidade que passa a ter problemas com um espaço que deveria prover-lhes entretenimento e melhor qualidade de vida.

A terceira questão é: “O que você acha que deveria ser feito com esse espaço?”; essa questão procurou estimular os moradores em visualizar possíveis utilidades para o local, sendo que o foco dessa questão em avaliar as possíveis soluções que os moradores poderiam dar para o melhor usufruto do espaço. Assim, esse questionamento serviu para analisar se há potencial na população do bairro em imaginar ações para o uso das quadras, e, assim, considerar que a problemática está mais voltada para a articulação dos moradores do que nas ideias que estes têm para melhorar o uso do espaço.

A quarta questão é: “Você conversa com seus vizinhos sobre a possibilidade de utilização dele?”; em que consistiu na avaliação de possibilidades de diálogo entre os moradores para que, mesmo de forma arcaica, se perceba um iniciação de articulações deles, apesar de ainda serem ideias e não ações. Dessa forma, a quarta questão vai direcionar o entrevistado para que ele explique se há possibilidades de conversa entre os moradores, ou se, simplesmente, este diálogo não ocorre, além de correlacionar com a questão anterior, pois caso haja ideias para o uso do espaço e estas são compartilhadas, poderei avaliar que há um entendimento da comunidade em querer melhoras para as suas condições de vida, e, nesse contexto, o estímulo da prefeitura deveria ser orientado para a formação de uma associação de bairros que possa discutir estes projetos e assim estipular o uso dos espaços públicos que deveriam ser deles por direito.

A quinta questão é: “Já houve alguma conversa para usar o espaço para aproveitamento da comunidade nos fins de semana como no caso dos Centros Educacionais Unificados (CEUs)? (Colocar o vídeo) O que você acha dessa possibilidade?”; a qual consistiu em apresentar projetos que são de prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores, isso envolve a apresentação de vídeos sobre o assunto, justamente, para

instigar o entrevistado a avaliar as possibilidades de projetos como aquele serem implantados em Taubaté. Dessa maneira, pretende-se, com essa questão, avaliar se os moradores acreditam na possibilidade de mudança, pois, percebe-se em Taubaté um crescente ceticismo em relação às administrações municipais, o que dificulta para os habitantes do município em crer na possibilidade de execução de projetos como os CEUs em Taubaté, por isso, considere importante esta pergunta no sentido de instigar o cidadão na possibilidade de projetos que possam mudar a qualidade de vida da população para melhor.

A sexta e última questão é: “Você considera difícil organizar a comunidade para o uso deste espaço? Por quê?”; em que se procurou avaliar a dificuldade da articulação no bairro, e como esta entende o associativismo. Dessa maneira, essa pergunta final alinhava as problemáticas apresentadas no referencial teórico, buscando confirmar, nas entrevistas, o descrédito da ação coletiva em alguns locais no Brasil, como decorrência de políticas individualistas que privilegiam o coronelismo e o clientelismo em detrimento de diálogos mais expansivos entre as esferas de poder e as associações de bairro.

Com este questionário, procurou-se encampar a obtenção de informações que pudessem corroborar o referencial teórico apresentado, e que, a possível solução para esta problemática é o uso de ações efetivas do modo petista de governar para que a população possa se articular para o bem próprio e assim lutar pelos seus direitos, sem a necessidade de relações promíscuas com as esferas de poder para a obtenção de privilégios individuais. Dessa maneira, considera-se importante frisar que o estudo de caso apresentado é um sintoma do referencial teórico exposto, pois conforme será explanado no próximo item, a análise e as discussões dos resultados do questionário serviram de confirmação da problemática instituída por políticas que dão preferência ao individualismo, erodindo a concepção de ganhos coletivos que impulsionaram o associativismo das comunidades.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após o procedimento de aplicação do questionário, percebeu-se tendências claras nas respostas dos moradores que vão de encontro ao que foi referenciado na parte teórica. Dessa maneira, o problema detectado, em que o espaço público no bairro do Santa Tereza era subaproveitado, serviu como ponto de partida para analisar as relações de poder no município de Taubaté, e, assim, buscar nos estudos históricos da formação social do Brasil as circunstâncias que definem a atualidade da política na cidade.

Primeiramente, há de entender que as relações de coronelismo e de clientelismo não são as mesmas apresentadas na formação histórica do Brasil, no caso, citei esse processo, como característico do período da República Velha (1889-1930), todavia percebe-se um mecanismo operacional muito similar a esta política no município de Taubaté na atualidade, em que há a busca pela manutenção do poder por uma família, a qual entende que deve passar como herança o poder municipal, neste caso, de pai para filho, e talvez que isso possa continuar por muitas gerações. Por outro lado, cada vez mais, percebe-se a dificuldade da manutenção deste poder, pois o ex-prefeito do município José Bernardo Ortiz Monteiro tinha muito mais influência política do que o filho, que hoje é o atual prefeito José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior, assim, a barganha eleitoral passa a custar mais para este do que para aquele. Além disso, deve-se dar ênfase ao fato de que o município de Taubaté já é uma cidade de médio porte com aproximadamente 300 mil habitantes e mais de 200 mil eleitores, havendo portanto segundo turno no município.

Assim, as relações de poder hoje em Taubaté são bem mais complexas do que há 30 anos, quando o ex-prefeito foi eleito e governou a cidade por três mandatos não consecutivos e, dessa maneira, aparelhou a máquina municipal para seu benefício e domínio. Dessa maneira, percebe-se que o município de Taubaté se encontra em um processo de mudança, porém ainda possui enorme influência da velha política determinada pelo pai do prefeito atual. Logicamente, o processo de mudança e alternância de poder em uma cidade de franco crescimento tende a ser caótico, assim, percebe-se em Taubaté uma transição que alia de forma contraditória a manutenção do poder pelo mesmo grupo político, porém com tentativas de expor à população projetos com rotulagem de novidade, mas que buscam manter o modo de relação de poder que Taubaté já possui há muito tempo.

Segundo, o questionário permitiu avaliar o descrédito da comunidade em relação às ações da prefeitura, além da falta de convicção de que o associativismo possa romper a problemática apresentada. Dessa maneira, a população possui capacidade de imaginar soluções para o uso de espaços públicos, principalmente, no que se refere à possibilidade das crianças em usá-lo para atividade lúdica, todavia, percebe-se que as ideias não se concretizam, e os moradores culpam a prefeitura e alguns líderes de bairro, justamente no sentido das relações promíscuas que estes desenvolvem, no qual o foco está na manutenção do poder e não no benefício do coletivo das comunidades. Exposto essa problemática, percebe-se claramente a difícil missão de mudar esse cenário, pois o descrédito com a política e com as lideranças políticas definem em grande parte a inação da população, pois acreditam que se tentarem mudar alguma coisa serão impedidos, ou seja, para os

entrevistados, a concretização de suas ideias gera mais ônus do que bem estar para ele próprio. Portanto, percebe-se a falta de sintonia entre os habitantes do bairro para que, conjuntamente, a quadra possa ser usada pela comunidade, pois a avaliação desta mesma é que é necessário um líder para fazer isso, porém esta figura não existe, nem no bairro, nem no poder municipal.

Terceiro, ao avaliar as respostas da comunidade, percebe-se uma necessidade de mudança na forma de governar, porém a população ainda não enxerga grupos políticos que possam fazer essa mudança. A população taubateana é muito conservadora, e ainda, há uma rejeição ao Partido dos Trabalhadores, obviamente, isto tem decrescido, porém o modo petista de governar é visto por eles como muito difícil de ser executado na cidade de Taubaté, talvez este seja o maior problema detectado, pois apesar de haver ideias, a inatividade da população encontra respaldo na desconfiança com o poder político municipal, e assim, os moradores colocam a figura dos políticos dentro de um mesmo estereótipo, não havendo portanto possibilidade de mudança em um cenário de curto prazo. Dessa maneira, deduz-se em relação à pesquisa feita que há uma resignação da população em relação à política local, a qual aceita o que está acontecendo, pois considera que a luta para obter benefícios para a comunidade seria em vão, porque para esta, a política municipal sempre cooptou lideranças que pareciam estar dispostas a mudarem o cenário taubateano, mas acabaram aglutinando-se aos grupos dominantes da cidade.

Quarto, projetos como o do CEU são vistos pelos moradores como inalcançáveis, portanto não se enxerga a possibilidade de mudança do cenário atual, apesar de ser percebida a vontade de que ocorra algo de novo na gestão de políticas públicas no município de Taubaté. Assim, percebe-se que a construção de uma alternativa crível de poder deve ser iniciada, entendendo que as candidaturas petistas no município devem ser estimuladas para que cada vez mais, a população taubateana perca o medo do modo petista de governar, e assim, celebrar a mudança dos tempos no município. Logo, a conscientização do associativismo nas comunidades taubateanas precisará ser formada, e para isso, necessitará de lideranças que não sejam cooptadas pelo poder político do momento no município, todavia esta é a regra, o que dificulta novas lideranças em surgir para dialogar e discutir os problemas que atingem a população. O PT de Taubaté está consciente deste problema e entende que somente com o debate sério de propostas e a execução de alguns projetos no município possa alterar a concepção do taubateano sobre o Partido dos Trabalhadores.

Por último, mas não menos importante, as constatações obtidas ao pesquisar o referencial teórico e confrontá-las com a realidade apresentada no bairro do Santa Tereza é a

de que o município de Taubaté parece se encontrar nos últimos momentos de um padrão de conduta política que remete a suas raízes no coronelismo e no clientelismo, os quais foram definidos no capítulo dedicado ao referencial teórico. Esta transição detectada na população da comunidade mostra uma tendência de mudança, o que é estimulante para o Partido dos Trabalhadores, porém ainda há muito para conquistar, e para isso, o PT precisa ser estruturado e planejado para que possa ocupar os espaços políticos no município que estão sendo esvaziados pelo descrédito da população com as ações da prefeitura nos últimos anos. Este processo deve ser trabalhado cotidianamente, e, não somente, no período de eleições, pois a carência percebida pelos eleitores e moradores da cidade é de irresponsabilidade nas promessas das políticas, as quais são sempre colocadas mas nunca executadas para o bem da população, contudo somente por meio das eleições é que será possível a chegada ao poder do PT no município de Taubaté, e assim, dirimir mais facilmente as práticas políticas atuais, dessa maneira, deve-se estabelecer diálogo com a comunidade para que no momento eleitoral, o PT obtenha maior espaço político e assim possa transformar e mudar as concepções constatadas na pesquisa feita, em busca de uma melhoria no bem-estar das comunidades taubateanas.

Essa constatação de um cenário de mudança mostra também o processo pelo qual a cidade de Taubaté vem passando, o aumento populacional, o enriquecimento da cidade, a urbanização e a industrialização cada vez mais intensas transformam o cenário político dela. Obviamente, ainda há um perfil conservador no eleitorado da cidade, mas percebe-se a necessidade de mudanças que passam por um discurso que intensifique mais o diálogo com a população. Para muitos, isso ainda é um sonho, pois a decepção com as figuras políticas da cidade é grande, porém percebe-se que a atuação da militância petista em discutir e debater com os moradores da cidade, os problemas destes, será de vital importância para que possamos conquistar cada vez mais espaço político e reverter essa descrença apresentada pela população na participação desta para a mudança do seu próprio destino, tendo como lastro o modo petista de governar, justamente para ir de encontro ao padrão de conduta atual que enfatiza o individualismo, rejeitando soluções consensuais, as quais são vistas pelo Partido dos Trabalhadores como importantíssimas para a mudança tão almejada pela população taubateana neste momento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, considera-se importante frisar que a constatação da inatividade dos moradores de Taubaté em relação ao usufruto de um espaço público dedicado a eles serviu de base para a elaboração deste trabalho. Entende-se, claramente, que toda a problemática estruturada se relaciona com a falta de espaço de atuação e de articulação da comunidade, e que esta parece estar desiludida e resignada com o contexto atual da política taubateana, apesar desta perceber o sentimento de mudança, a decepção parece ser mais delineadora da sensação que perscruta os moradores do bairro Santa Tereza.

Tendo como referência essa informação, há uma forte correlação entre inação e manutenção do poder, por meio de cooptações que fomentam relações de clientelismo e de coronelismo na Taubaté atual, apesar de ser perceptível que este modelo se encontra em franca decadência, todavia, parece ser claro que a experiência apresentada, por meio das questões que foram feitas é de que as lideranças que podem quebrar esse ciclo precisam ser estruturadas, obviamente, o PT faz parte desse processo, porém constata-se que ainda há uma forte rejeição ao partido na cidade, e o nosso trabalho requer a atenuação disto para o aumento de quadros políticos no município que possam mudar a conjectura estruturada no município.

Com isso tudo explanado, o modo petista de governar ainda é visto pelos taubateanos como algo difícil de ser concretizado, pois estes acreditam que a política taubateana ainda será mantida por muito tempo nas condições atuais, portanto o trabalho de mudança perpassa pela capacidade de informar e mostrar a todos os taubateanos de que é possível mudar, além disso, de que é preciso mudar, e de que o PT possui totais condições para administrar a cidade e guiá-la a um futuro promissor, com foco no associativismo e não no individualismo.

Além disso, é importante ressaltar as próprias mudanças pelo que o partido passa no município, pois o coletivo do PT parece estar mais participativos nos últimos anos, isso desdobra-se em uma maior militância e em mais espaço de discussão para debater os problemas da cidade e buscar soluções para o problema. Assim, o caso dos CEUs para resolver o problema apresentado neste trabalho, ainda é visto como sonho, todavia, percebe-se que com o constante debate e a distribuição de informação sobre o projeto e da maneira petista de atuar, o que parece sonho hoje pode ser concretizado em um horizonte de tempo pequeno.

Finalmente, ressalta-se a importância desse trabalho em perceber que o perfeito encaixe do município de Taubaté dentro dos estudos que foram feitos sobre a formação histórica do país e que isso afeta não somente o município, mas muitas regiões do Brasil.

Conjuntamente, vê-se que as ferramentas de gestão pública que buscam definir o modo petista de governar necessitam ser aplicadas, urgentemente, porém nem sempre o tempo que desejamos é o tempo em que as condições sociais e históricas permitem que aconteçam. Dessa maneira, é muito claro constatar a dialética em que se encontra a população taubateana, pois apesar de entender que é necessário mudar, pois o modelo de gestão municipal atual é decadente e ultrapassado, ainda não há para eles no horizonte uma mudança que possa ser crível, pois as cooptações de lideranças oposicionistas em Taubaté são intensas e recentes para que o povo vislumbre uma modificação genuína do que já está estruturado. Assim, percebe-se a importância da atuação da militância para que possa ser melhor explanado e esclarecido o modo petista de governar e assim possamos alcançar a prefeitura de Taubaté e concretizar ações que hoje parecem ser apenas fruto da imaginação da população taubateana.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, B (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III – O Brasil Republicano – Volume 8..** 8. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 34. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GENRO, T. In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V.; **Governo e Cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HOLANDA, S. B.; **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, E. In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V.; **Governo e Cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TREVAS, V. In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V.; **Governo e Cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

ANEXO

Questionário

- 1- Como está sendo usado este espaço público no seu bairro? Há alguma associação de bairros responsável pelo uso dele? Há alguma atividade da prefeitura junto à comunidade para este espaço?
- 2- Este espaço está sendo frequentado para outros fins como uso de drogas, prostituição, entre outros?
- 3- O que você acha que deveria ser feito com esse espaço?
- 4- Você conversa com seus vizinhos sobre a possibilidade de utilização dele?
- 5- Já ouviu alguma conversa para usar o espaço para aproveitamento da comunidade nos fins de semana como no caso dos CEUs? (Colocar o vídeo) O que você acha dessa possibilidade?
- 6- Você considera difícil organizar a comunidade para o uso deste espaço? Por quê?